



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

SETOR REQUISITANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Silvânia - FMAS
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Juliana Nunes de Araújo.

1. OBJETO: O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças automotivas, conforme descritas abaixo, destinadas à manutenção corretiva do veículo Spin chevrolet, placa **ONY-5616**, de uso exclusivo do CONSELHO TUTELAR.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de peças automotivas para o veículo Spin chevrolet, placa **ONY-5616**, de uso exclusivo do CONSELHO TUTELAR, pertencente à frota do Fundo Municipal de Assistência Social, atualmente utilizado para o transporte de equipes técnicas, visitas domiciliares, entregas de benefícios eventuais e demais demandas operacionais dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Diante disso, a contratação é imprescindível para garantir a continuidade das ações da Assistência Social, assegurando condições adequadas de uso do veículo, bem como a segurança dos profissionais e usuários atendidos.

3. DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

Item	Descrição / especificação	Unid. De medida	Quant.
1	FILTRO COMBUSTIVEL 1660	UNIDADE	01
2	FILTRO AR COND 35723	UNIDADE	01
3	FILTRO AR MOTOR 3286	UNIDADE	01
4	FILTRO OLEO 130	UNIDADE	01
5	PALHETA AF22	UNIDADE	01
6	PALHETA AF18	UNIDADE	01
7	HIGIENIZADOR AR COND	UNIDADE	01
8	OLEO MOTOR 5W30	UNIDADE	04
9	SERVIÇO DE REVISÃO	SERVIÇO	01
10	SERVIÇO HIGIEN AR CONDICIONADO	SERVIÇO	01

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

- O pagamento será realizado após conferência e atesto da nota fiscal;
- A contratação seguirá as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 ou, se aplicável, do art. 75 da mesma lei, conforme dispensa legal.

4.1 – Prazo de entrega / Execução: As peças tem que ser entregues de imediata após a emissão da ordem de fornecimento.

4.2 - Local e Horário da Entrega / Execução: O Serviço deverá ser prestado e as peças entregue em oficina mecânica qualificada, em dia e horário comercial, devendo ser de responsabilidade da contrata o transporte do veículo



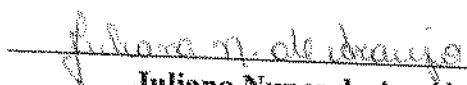
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

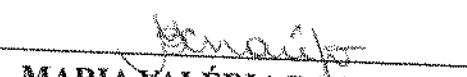
4.3 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: **Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a mulher,**
Responsável: Juliana Nunes de Araújo, esse servidor será o ponto de contato para esclarecimentos técnicos e operacionais da demanda.

DFD elaborado por:

Silvânia, 20 de agosto de 2025.


Juliana Nunes de Araújo

DFD aprovado por:


MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a mulher



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

I - INTRODUÇÃO

- 1.1. Área Requisitante: Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher/Fundo Municipal de Assistência social -FMAS
- 1.2. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21.
- 1.3. Este documento constitui a primeira etapa do planejamento de uma aquisição/serviço que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Termo de Referência e o Edital de Licitação.
- 1.4. Justifica-se a realização do ETP sob a forma simplificada em virtude de expressa previsão legal constante do §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, em razão de baixa complexidade do objeto e, ainda, em virtude de ser demanda que não contempla soluções diversas da solução escolhida.
- 1.5. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a futura e eventual aquisição de peça(s) automotiva(s) e prestação de serviço, visando atender às demandas operacionais do conselho tutelar vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher do Município de Silvânia – GO.

II - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A necessidade da presente contratação decorre da exigência de manter o pleno funcionamento dos veículos utilizados pelo conselho tutelar, que desempenha ações essenciais no atendimento às famílias com crianças na primeira infância.
- 2.2. A substituição de peças danificadas ou desgastadas é fundamental para garantir a continuidade dos serviços, a segurança dos usuários e a eficiência nas atividades realizadas pelos profissionais do programa
- 2.3. Por fim, o planejamento adequado desta contratação também tem como objetivo evitar contratações fracionadas, promover a padronização dos serviços/fornecimento e assegurar o cumprimento dos princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/21.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Especialização da Empresa:

A empresa deve comprovar experiência no serviço/fornecimento, devendo atender às especificações estabelecidas.

3.2. Conformidade com Especificações:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

A contratada deve cumprir os requisitos técnicos indicados para a prestação dos serviços/fornecimento.

3.3. Prazos de Entrega/Prestação dos Serviços:

A entrega da(s) peça(s) deverá ocorrer imediatamente após a solicitação formal, respeitando o prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da emissão da ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher. A entrega deverá ser realizada na sede do conselho tutelar, localizada na Rua senador Canedo, Silvânia – GO, no horário das 07h30 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

3.4. Certificações:

A empresa precisa apresentar as certificações de regularidade fiscal e trabalhista exigidas, assegurando conformidade legal e técnica.

3.5. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços/fornecimento.

3.6. A contratada deverá prestar o serviço/fornecimento, não podendo transferir a responsabilidade do objeto para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3.7. A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data de entrega/serviço para informar à contratante os motivos que impedem de realizar o fornecimento/serviço, devendo para tanto apresentar as devidas justificativas com comprovações.

3.8. As demais exigências estarão previstas no Termo de Referência.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO

4.1. Como solução mais adequada às necessidades da Secretaria, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos do Município e as opções de mercado, optou-se pela contratação de empresa para prestar serviços/fornecimento através da realização de Dispensa de Licitação.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. Segue abaixo a estimativa das quantidades de bem/serviços que deverão ser entregues/prestados:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

Item	Descrição / especificação	Unid. De medida	Quant.
1	FILTRO COMBUSTIVEL 1660	UNIDADE	01
2	FILTRO AR COND 35723	UNIDADE	01
3	FILTRO AR MOTOR 3286	UNIDADE	01
4	FILTRO OLEO 130	UNIDADE	01
5	PALHETA AF22	UNIDADE	01
6	PALHETA AF18	UNIDADE	01
7	HIGIENIZADOR AR COND	UNIDADE	01
8	OLEO MOTOR 5W30	UNIDADE	04
9	SERVIÇO DE REVISÃO	SERVIÇO	01
10	SERVIÇO HIGIEN AR CONDICIONADO	SERVIÇO	01

5.2 REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução será o de **fornecimento imediato**, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher, com entrega da(s) peça(s) na sede conselho tutelar, respeitando o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da ordem de fornecimento.

VI - ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1. Os itens/serviços a serem adquiridos/contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/21, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição/serviço existe um grande número de fornecedores/prestadores disponíveis no mercado.

6.2. A pesquisa de preços deverá ser realizada de acordo com o art. 23 da Lei nº 14.133/21, mediante a utilização dos parâmetros preconizados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, ficando a cargo do departamento de compras.

6.3. O fiscal deverá manter rigoroso sistema a fim de verificar constantemente os preços registrados em relação aos preços mercadológicos.

VII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

7.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes identificadas que influenciem diretamente o objeto deste estudo.

VIII – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conclui-se que a contratação é viável, considerando as necessidades da Secretaria solicitante, sendo que durante a instrução processual serão verificados/validados os valores e a legalidade.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

Silvânia 20 de Agosto de 2025

ETP elaborado por:

Juliana Nunes De Araújo
Juliana Nunes De Araújo

ETP aprovador por:

Maria Valéria da Silva Araújo
MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para aquisição de peças e prestação de serviços citadas abaixo:

Item	Descrição / especificação	Unid. De medida	Quant.
1	FILTRO COMBUSTIVEL 1660	UNIDADE	01
2	FILTRO AR COND 35723	UNIDADE	01
3	FILTRO AR MOTOR 3286	UNIDADE	01
4	FILTRO OLEO 130	UNIDADE	01
5	PALHETA AF22	UNIDADE	01
6	PALHETA AF18	UNIDADE	01
7	HIGIENIZADOR AR COND	UNIDADE	01
8	OLEO MOTOR 5W30	UNIDADE	04
9	SERVIÇO DE REVISÃO	SERVIÇO	01
10	SERVIÇO HIGIEN AR CONDICIONADO	SERVIÇO	01

1.2. Para o veículo SPIN CHEVROLET PLACA ONY-5616 lotado no Fundo Municipal de Assistência Social.

II - JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de peças automotivas para o veículo e a prestação de serviço, SPIN CHEVROLET PLACA ONY-5616 pertencente à frota do **Fundo Municipal de Assistência Social**, atualmente utilizado para o transporte de equipes técnicas, visitas domiciliares, entregas de benefícios eventuais e demais demandas operacionais dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

III - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento formal da Ordem de Serviço a ser expedida pela Superintendência de Compras.

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite o início da execução, a empresa contratada deverá justificadamente informar a Superintendência de Compras no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, informando ainda os motivos que deram causa a não prestação com as devidas comprovações;

3.3. Após iniciado os trabalhos a contratada deverá executar os serviços dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias, devendo utilizar funcionários qualificados e em quantidade suficiente para atendimento da demanda.

3.4. O recebimento do serviço será de inteira responsabilidade **Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher**.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

3.4.1. Em caso de recusa do recebimento, o Fiscal deverá elaborar Relatório informando os motivos que levaram para o não recebimento dos serviços, sendo que nesse caso a contratada deverá ser notificada para que refaça os serviços, sem ônus para a Administração Pública

IV - PAGAMENTO E DO VALOR ESTIMADO

4.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

4.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:

4.2.1. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

4.2.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;

4.2.3. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada;

4.2.4. Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Economia, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

V - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:

5.2. Efetuar a realização dos serviços conforme especificados neste Termo;

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Silvânia, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o serviço com defeitos e/ou rejeitado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na prestação de serviços;

5.8. Indicar preposto para representá-la durante a prestação de serviços;

VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

da efetiva prestação do serviço, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal e demais exigências da legislação vigente;

6.3. Devolver, com a devida justificativa, qualquer serviço entregue fora das especificações;

6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão prestação de serviço;

VII - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto federal 12.343 de 30 de dezembro de 2024, que diz *Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 10.036,10 (dez mil e trinta e seis reais e dez centavos) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.*

VIII – DO PREÇO

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, § 7º, da Lei 14.133/21, alterada pelo Decreto Federal nº 12.343/2024;

8.2. Os serviços deverão ser realizados junto a empresas do ramo objeto desta contratação;

8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

IX – SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do serviço a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio a Mulher

responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta

e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput, do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

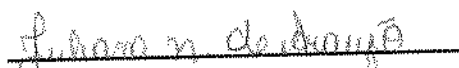
9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

X – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado através de Decreto ou Portaria ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do serviço, e de tudo dará ciência à Administração, com o auxílio da Secretaria Municipal de Saúde.

Silvânia 20 de Agosto de 2025

Termo de Referência elaborado por:


Juliana Nunes de Araújo

Termo de Referência Aprovado por:


MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO

Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher

Maria Valéria da Silva Araújo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Social, Habitação e Apoio à Mulher
Data: 20/08/2025